



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Diretoria Administrativa

À Comissão Permanente de Licitação - COMISPL,

Considerando o documento apresentado pela empresa Construtora ENTRE RIOS, no indexador 17934951, referente a Concorrência Pública nº 002/2021, encaminho o presente para fins de análise e manifestação.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2021

Grazielle Alves Ramalho
Diretora Administrativa/FAETEC
ID: 5115549-4



Documento assinado eletronicamente por **Grazielle Alves Ramalho, Diretor(a) Administrativo(a)**, em 09/06/2021, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **17949236** e o código CRC **B6BBDA56**.

Referência: Processo nº SEI-260005/002180/2021

SEI nº 17949236

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2332-4044 - faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
ASSJUR

PARECER Nº 109/2021/FAETEC/ASSJUR
PROCESSO Nº SEI-260005/002180/2021
INTERESSADO: COMISPL E PRESIDÊNCIA
ASSUNTO: Impugnação a habilitação referente a Concorrência Pública 02/2021

E M E N T A : Análise de Impugnação da Concorrência Pública 02/2021. Comissão opina pelo acolhimento das razões do recorrente. Decisão final cabe à Presidência da FAETEC.

À Presidência,

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa **CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS EIRELI**, cuja impugnação tem como pedido a sua classificação e a habilitação, alegando que: os documentos dos sócios foram anexados, apesar da baixa resolução, e estavam devidamente autenticados de forma digital. Além disso alegam que os documentos possuem qr code, o que permite a sua conferência mediante simples diligência..

Foram anexadas as contrarrazões da empresa **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME e CONSTRUTORA RJL2**, porém as mesmas não tem pertinência com o tema em questão.

Retornam os autos após manifestação da Comissão de Licitação, que inicialmente acusou a tempestividade tanto da impugnação quanto da contrarrazão. No mérito reformou a decisão no sentido de que:

"Em uma nova análise e, após a realização da diligência junto ao cartório Azevedo Bastos, podemos constatar que os documentos apresentados são autênticos.

Destarte, a comissão decidiu por rever seu ato de inabilitação, em favor da recorrente, considerando suficiente os documentos juntados no envelope de Habilitação, que trazia a informação que atende ao requisito do subitem 6.3.1 "a" do instrumento convocatório.

Submetendo à autoridade superior, o Ilmo. Sr. Presidente da FAETEC, JOÃO DE MELO CARRILHO para análise e decisão."

Este é o relatório. Passemos à análise.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A premissa norteadora da manifestação que esta Assessoria passa a expor é que o interesse público deve ser o único objetivo certo de qualquer ato administrativo.

Partindo deste princípio, entendemos que, com as previsões editalícias, a Administração visa justamente conferir publicidade e impessoalidade ao feito (artigo 37, caput da CRFB). Deve o proponente comprovar a sua capacidade efetiva para participar do certame, impedindo assim que empresas que não

detenham a viabilidade técnica necessária para o atendimento ao interesse público, que nunca é demais lembrar; não se confunde com o interesse privado.

Os requisitos dispostos no edital visam à garantia de que a empresa proponente detém a logística necessária para o atendimento do objeto licitado. Neste diapasão, não é demasiado ressaltar que o Edital é a regra da Licitação, ou seja, é deste instrumento que emanam os preceitos que regem a realização do certame. Nesse sentido já eram as clássicas lições do mestre Hely Lopes Meirelles in “Direito Administrativo Brasileiro – 21ª edição” - São Paulo: Malheiros, 1996, página 260:

“Edital: edital é o instrumento pelo qual a Administração leva ao conhecimento público a abertura da concorrência, de tomada de preços, de concurso e de leilão, fixa as condições de sua realização e convoca os interessados para a apresentação de suas propostas. Como lei interna da concorrência e da tomada de preços, vincula inteiramente a Administração e os proponentes. (...)”

Conforme informado pela Comissão de Licitação no doc. 18784831 como ora transcrito:

"A empresa foi inabilitada no certame, por apresentar os documentos dos sócios ilegíveis e não autenticados, tendo, tal fato, sido considerado como desatendimento ao requisito do subitem 6.4.1 "b" do edital, que assim estabelece:

6.3.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

Tal regra deriva do inciso I do art. 28, da Lei 8.666/93;

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - cédula de identidade;

A empresa recorrente apresentou os documentos nas pág. 11 e 13.

A decisão da comissão de inabilitar a licitante foi embasada na falta de autenticação dos documentos apresentados, vez que ilegíveis. "

Essa previsão se encontra no item 6.3.1 do edital e no art. 28. I da Lei de 8666/93, como já citado pela comissão de licitação. Contudo em nova análise da documentação a comissão verificou "após a realização da diligência junto ao cartório Azevedo Bastos, podemos constatar que os documentos apresentados são autênticos".

Sendo assim, decisão em sentido contrario estaria apenas privilegiando o princípio do formalismo, não sendo a melhor medida, posto que a licitação deve buscar a eficiência e a economicidade.

III. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, não tendo esta Assessoria a pretensão de fazer doutrina neste pronunciamento, tendo em vista o bem lançado pronunciamento Comissão de Licitação, nos coadunamos com a posição desse setor, cabendo ressaltar, por fim, que a **Comissão é soberana para analisar e julgar todos os procedimentos do certame**, por força do art. 6º, XVI da 8.666/93.

Art. 6º - Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

XVI - Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Marçal Justen Filho, op. cit., p. 424, ministra no mesmo sentido:

“Se os integrantes da Comissão não dispuserem dos conhecimentos técnicos necessários para a apreciação dos documentos, poderão valer-se do concurso de terceiros, integrantes ou não da Administração. **Obviamente, não será delegada aos terceiros a competência decisória.** Esses terceiros fornecerão pareceres técnicos, para orientar e fundamentar a decisão. **A Comissão poderá, inclusive, discordar das conclusões dos pareceres técnicos**”.

(Grifo nosso)

Assim, esta Assessoria opina no sentido do acolhimento das razões aduzidas na impugnação interposta, dando-se prosseguimento ao feito.

PRISCILA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

ASSESSORIA JURÍDICA / FAETEC

ID.: 51157730 - OAB RJ N° 147.252



Documento assinado eletronicamente por **Priscila de Oliveira Teixeira, Assessor(a) Técnico(a)**, em 28/06/2021, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18863123** e o código CRC **24A4F043**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Presidência

À Comissão Permanente de Licitação- COMISPL,

Tendo em vista o exposto no despacho da COMISPL, indexador nº 18784831, e no Parecer 109, da douta FAETEC/ASSJUR, indexador nº 18863123, acompanho o entendimento de ambos no sentido do **acolhimento** dos recursos apresentados.

Atenciosamente,

João de Melo Carrilho
Presidente da FAETEC
ID 51151057

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **João de Melo Carrilho, Presidente**, em 28/06/2021, às 20:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18901161** e o código CRC **9B58F8BD**.

Referência: Processo nº SEI-260005/002180/2021

SEI nº 18901161

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2333-9631 - faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Vice-Presidência Administrativa

À Assessoria Jurídica com posterior remessa a Presidência

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

RAZÕES: INABILITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PREDIAL, COM ADEQUAÇÕES E MODERNIZAÇÕES, QUANDO NECESSÁRIO, NAS UNIDADES DE ENSINO E PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS SOB RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC / SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI, DIVIDA EM 4 LOTES, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III) E PROPOSTA DETALHE (ANEXO I).

PROCESSO: SEI-260005/000037/2021

RECORRENTE(S): CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS EIRELI

RECORRIDO: FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA

DAS PRELIMINARES

DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso interposto pela empresa **CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS EIRELI** é regular por atender o requisito do art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/1993, bem como tempestivo com fundamento no item 16.1 do Edital convocatório da Concorrência Pública 002/2021.

DA LEGITIMIDADE

A peça recursal foi rubricada e assinada por um dos representantes da empresa, caracterizando a legitimidade.

DAS CONTRARRAZÕES

Esclareço que foram protocoladas contrarrazões pelas licitantes **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME e CONSTRUTORA RJL2**, através dos indexadores 18784924, 18784588 e 18784581 respectivamente.

Outrossim, considerando que as peças defensórias foram protocolizadas até 15/06/2021, estão tempestivas, com fundamento no item 16.1 do Edital convocatório da Concorrência Pública nº 002/2021.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela recorrente **CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS EIRELI**, em face da Decisão desta comissão resultante do julgamento dos documentos de habilitação apresentados, cuja mesma foi comunicada na sessão do dia 28/05/2021.

Alega a recorrente, em suma, que a documentação apresentada, em especial os documentos dos sócios apresentados, atendem as exigências constantes do edital e, mesmo que não fossem, a diligência é meio para sanar tal vício.

Por fim, requer o provimento do presente recurso para que a Comissão reveja o ato administrativo impugnado, considerando a recorrente habilitada.

DA ANÁLISE DO RECURSO

DOS DOCUMENTOS DOS SÓCIOS

Merecem prosperar os argumentos da recorrente.

A empresa foi inabilitada no certame, por apresentar os documentos dos sócios ilegíveis e não autenticados, tendo, tal fato, sido considerado como desatendimento ao requisito do subitem 6.4.1 "b" do edital, que assim estabelece:

6.3.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

Tal regra deriva do inciso I do art. 28, da Lei 8.666/93;

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - cédula de identidade;

A empresa recorrente apresentou os documentos nas pág. 11 e 13.

A decisão da comissão de inabilitar a licitante foi embasada na falta de autenticação dos documentos apresentados, vez que ilegíveis.

Em uma nova análise e, após a realização da diligência junto ao cartório Azevedo Bastos, podemos constatar que os documentos apresentados são autênticos.

Destarte, a comissão decidiu por rever seu ato de inabilitação, em favor da recorrente, considerando suficiente os documentos juntados no envelope de Habilitação, que trazia a informação que atende ao requisito do subitem 6.3.1 “a” do instrumento convocatório.

Submetendo à autoridade superior, o Ilmo. Sr. Presidente da FAETEC, JOÃO DE MELO CARRILHO para análise e decisão.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Silva Santos, Presidente de Comissão**, em 25/06/2021, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18784831** e o código CRC **7D4D4635**.

Referência: Processo nº SEI-260005/002252/2021

SEI nº 18760982

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2332-4126 - faetec.rj.gov.br